



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA**

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO**

O Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia (C.E.AGRO), Eng. Agrônomo **AIRTON ANTELMO DE SOUSA**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 59 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº **17419/2018** ao Conselheiro (a) Regional:

	<b>Eng.<sup>a</sup> Agr. LEIDA SILVA DE SOUZA</b>
	<b>Eng. Agr. ELPÍDIO ALVES SIMÕES NETTO</b>
	<b>Eng. Agr. JOSÉ DE JESUS NUNES DE OLIVEIRA</b>
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Eng. Agr. GREGORI DA ENCARNAÇÃO FERRÃO</b>
	<b>Eng. Agr. WADY LIMA CASTRO JUNIOR</b>

São Luis, 20 / 03 / 2019

  
Eng. Agr. Airton Antelmo de Sousa  
Conselheiro Regional do CREA-MA  
RN- 1502272318



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

<b>Câmara Especializada:</b>	<b>AGRONOMIA</b>
<b>Referência:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO Nº 17419/2018 – Protocolo Nº 2558036/2018</b>
<b>Interessado:</b>	<b>WALTEIR COSTA DOS REIS CALDAS</b>

**RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO**

**HISTÓRICO:**

O profissional **WALTEIR COSTA DOS REIS CALDAS** foi autuado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão, por falta de ART DO RELATÓRIO TÉCNICO DE INSPEÇÃO SANITÁRIO DO ESTÁDIO NHOZINHO SANTOS.

O autuado solicitou redução do valor da multa apresentando a ART solicitada, protocolada sob o número **2586614/2019**.

O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada de Agronomia, para análise do auto de infração, e do pedido de redução do valor da multa.

**CONSIDERAÇÕES:**

CONSIDERANDO a Resolução nº. 1.008/2004-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades;

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida;

CONSIDERANDO que o Auto de Infração foi emitido em razão da falta de ART DO RELATÓRIO TÉCNICO DE INSPEÇÃO SANITÁRIO DO ESTÁDIO NHOZINHO SANTOS, datado de 22/02/2018;

**CONSIDERANDO que a autuada solicita redução do valor da multa em função da regularização da pendência apresentando a ART nº MA20190229668 registrada em 16/01/2019;**

CONSIDERANDO que o fiscal do CREA-MA possui fé pública, e este constatou *in loco* a execução dos referidos serviços pela autuada, comprovando, desta forma, a irregularidade.

CONSIDERANDO o §2º do Art. 11 da Resolução nº 1008/2004 acima mencionada que diz que “Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais”;

CONSIDERANDO o art. 43 da Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, *in verbis*:

Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios:

I - os antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação;

II – a situação econômica do autuado;

III – a gravidade da falta;

IV – as conseqüências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e

V – regularização da falta cometida.

(...)

**§ 3º É facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica.**

CONSIDERANDO que o interessado regularizou a falta cometida;

h.f.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA**

CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA;

CONSIDERANDO o ANEXO DA DECISÃO PL-1611/2018, que atualiza os valores de anuidades, serviços e multas para o exercício 2019:

<i>MULTA POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO</i> <i>Art. 73 da Lei 5194/1966</i>				
<i>ALÍNEA</i>	<i>REFERÊNCIA (*)</i>		<i>RS</i>	
<i>A</i>	<i>0,10</i>	<i>0,30</i>	<i>227,17</i>	<i>681,52</i>
<i>B</i>	<i>0,30</i>	<i>0,60</i>	<i>681,52</i>	<i>1.363,04</i>
<i>C</i>	<i>0,50</i>	<i>1,00</i>	<i>1.135,87</i>	<i>2.271,73</i>
<i>D</i>	<i>0,50</i>	<i>1,00</i>	<i>1.135,87</i>	<i>2.271,73(*)</i>
<i>E</i>	<i>0,50</i>	<i>3,00</i>	<i>1.135,87</i>	<i>6.815,19</i>

**VOTO:**

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, com fundamento na Resolução n.º 1.008/04 do CONFEA, recomenda a **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração em epígrafe, por infração ao artigo 1º da Lei 6.496/77, com **APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**, prevista no Art. 73, alínea "a" da Lei 5.194/66, e a **REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**, nos seguintes termos:

- 1- Redução do valor original da multa ao valor mínimo previsto no ANEXO DA DECISÃO PL-1611/2018, ficando o débito original no valor de R\$ 227,17 (duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos), com aplicação de juros e atualização monetária devidos.

É o voto.

Encaminho a Reunião da Câmara para Decisão.

São Luís - MA, 30 de março de 2019.

  
Eng. Agr. Gregório de Encarnação Ferrão  
Conselheiro Regional do CREA-MA  
RN - 1117987264

4.1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	AGRONOMIA
Referência:	AUTO DE INFRAÇÃO Nº 17419/2018 – Protocolo Nº 2558036/2018
Interessado:	WALTEIR COSTA DOS REIS CALDAS
Decisão da Câmara Especializada:	C.E.AGRO Nº. 11/2019

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MANUTENÇÃO. REDUÇÃO VALOR DA MULTA.

## DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia reunida nesta data apreciou o processo do profissional **WALTEIR COSTA DOS REIS CALDAS** que foi autuada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão, por falta de ART DO RELATÓRIO TÉCNICO DE INSPEÇÃO SANITÁRIO DO ESTÁDIO NHOZINHO SANTOS. O autuado solicitou redução do valor da multa apresentando a ART solicitada, protocolada sob o número 2586614/2019. O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada de Agronomia, para análise do auto de infração, e do pedido de redução do valor da multa.

**CONSIDERAÇÕES:** CONSIDERANDO a Resolução nº. 1.008/2004-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que o Auto de Infração foi emitido em razão da falta de ART DO RELATÓRIO TÉCNICO DE INSPEÇÃO SANITÁRIO DO ESTÁDIO NHOZINHO SANTOS, datado de 22/02/2018; CONSIDERANDO que a autuada solicita redução do valor da multa em função da regularização da pendência apresentando a ART nº MA20190229668 registrada em 16/01/2019; CONSIDERANDO que o fiscal do CREA-MA possui fé pública, e este constatou *in loco* a execução dos referidos serviços pela autuada, comprovando, desta forma, a irregularidade. CONSIDERANDO o §2º do Art. 11 da Resolução nº 1008/2004 acima mencionada que diz que “Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o autuado das cominações legais”; CONSIDERANDO o art. 43 da Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, *in verbis*: Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios: I - os antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação; II – a situação econômica do autuado; III – a gravidade da falta; **IV – as conseqüências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente;** e V – **regularização da falta cometida. (...) § 3º É facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica.** CONSIDERANDO que o interessado regularizou a falta cometida; CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA; CONSIDERANDO o ANEXO DA DECISÃO PL-1611/2018, que atualiza os valores de anuidades, serviços e multas para o exercício 2019:

MULTA POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO Art. 73 da Lei 5194/1966				
ALÍNEA	REFERÊNCIA (*)		RS	
A	0,10	0,30	227,17	681,52
B	0,30	0,60	681,52	1.363,04
C	0,50	1,00	1.135,87	2.271,73
D	0,50	1,00	1.135,87	2.271,73(*)
E	0,50	3,00	1.135,87	6.815,19





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA**

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, com fundamento na Resolução n.º 1.008/04 do CONFEA, **DECIDIU** pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração em epígrafe, por infração ao artigo 1º da Lei 6.496/77, com **APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA**, prevista no Art. 73, alínea "a" da Lei 5.194/66, e a **REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**, nos seguintes termos: Redução do valor original da multa ao valor mínimo previsto no ANEXO DA DECISÃO PL-1611/2018, ficando o débito original no valor de R\$ 227,17 (duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos), com aplicação de juros e atualização monetária devidos. Esta foi a decisão da maioria dos membros que votaram o pleito.

Cientifique-se e cumpra-se.

Coordenou a Reunião o Conselheiro Regional:

São Luís - MA 12 de março de 2019

  
Eng. Agr. Ailton Antelmo de Sousa  
Conselheiro Regional de CREA-MA  
RN- 1502272318